

Em busca de saídas

A crise política decorrente da faxina que se opera na CPI do Orçamento tem efeito paralisante não apenas sobre o Congresso, mas sobre a administração pública como um todo. Tudo aconteceu muito rápido e subitamente e o Governo não teve tempo de reciclar-se.

Há menos de um mês, preparava-se para extrair do processo de revisão constitucional uma reforma fiscal ampla, capaz de viabilizar a formulação de uma estratégia econômica contra a crise. Hoje, já sabe que não terá condições de conseguir essa reforma via revisão. Não sabe sequer — ninguém sabe — se a revisão acontecerá mesmo.

No quadro em que vive o Congresso neste momento, tudo pode acontecer — inclusive nada. A economia, no entanto, não suportará um ano e dois meses — prazo para que o sucessor de Itamar assuma — paralisada. É preciso, pois, fazer algo. O quê, eis a questão. O presidente Itamar Franco, em recente entrevista, deixou claro que já não conta com a revisão. Mas ainda espera contar com o Congresso. Cogita de reunir em breve as lideranças políticas, em busca de um projeto ecumênico de emergência, que permita atenuar os efeitos da crise e deter a escalada inflacionária, senão para colocar o País nos trilhos — pretensão que já não tem —, ao menos para entregá-lo com vida a seu sucessor. O Presidente está apavorado com a crise.

O êxito dessa negociação, no entanto, esbarra no obstáculo de sempre: a natureza partidária do ministério. O raciocínio predominante no Congresso, por mais mesquinho que pareça, é este mesmo: se houver êxito na política econômica, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, capitalizará pessoalmente o resultado, tornando-se um fortíssimo candidato à Presidência da

República. Como a disputa eleitoral está na base da atividade política que aí está — e como as eleições estão próximas —, não adianta invocar o espírito cívico de ninguém para obter resultados. Concorrência é concorrência.

Aparentemente, a saída é despartidarizar o ministério. Convocar nomes de respeitabilidade técnica e moral, sem vínculo partidário — o tal ministério com 20 Adib Jatene, de que falava Delfim Netto —, para gerenciar o País até a troca de governo, em janeiro de 1995. O Congresso dificilmente fornecerá a Fernando Henrique os instrumentos, que este pede, para formular sua política econômica. Não fornecendo, condenará o País ao caos e à ingovernabilidade.

O Presidente cogita de operar mais uma reforma administrativa, extinguindo ministérios como o da Cultura, da Integração Regional e da Ação Social. Não o fez ainda porque foi atropelado pela crise do Orçamento, que envolveu (envolve) ministros seus. O impacto da crise paralisou e deprimiu o Presidente. Não se sente à vontade para demitir Alexandre Costa ou sequer impedir que faça acusações públicas aos ministros da Fazenda e da Ação Social, quanto mais para extinguir ministérios. Essa impotência agrava o quadro de paralisia administrativa e aumenta a taxa de ingovernabilidade.

O Presidente, na hora de partidarizar o ministério e formar base parlamentar sólida — no início do Governo —, não soube (ou não quis) fazê-lo. E ficou sem maioria no Congresso. Agora, a crise pulverizou os partidos e não há como, por essa via, formar uma base parlamentar consistente. A saída pode ser o inverso: um ministério técnico, capaz de obter do Congresso os instrumentos de governabilidade, sem a suspeita de faturar eleitoralmente o êxito.